



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG
PROCESSO LEGISLATIVO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101
CNPJ N.º01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.
E-mail: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br
Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

LEI ORDINÁRIA Nº 931, DE 07 DE ABRIL DE 2025

“Autoriza o Poder Executivo a instituir o ‘Programa Jovem Aprendiz’ no município de São José da Barra/MG e dá outras providências”

A Câmara Municipal de São José da Barra/MG, aprovou, e, eu Vice-Presidente no uso de minhas atribuições legais e regimentais conferidas pelos §§ 3º e 7º do artigo 48 da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza a implantação do “Programa Jovem Aprendiz” no âmbito do município de São José da Barra/MG, por meio da contratação de instituições qualificadas em formação técnico-profissional que tenham por objetivos a educação profissional e a assistência ao adolescente, observado o disposto nesta Lei e as relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes.

§ 1º O Programa Municipal Jovem Aprendiz deverá atender jovens entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos que celebrem contrato de aprendizagem com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, nos termos do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§ 2º O trabalho do aprendiz não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

§ 3º A idade máxima prevista no *caput* deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

Art. 2º O “Programa Jovem Aprendiz” de São José da Barra/MG tem por objetivos:

AVISO DE PUBLICAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DA BARRA/MG
Publicado em 08 / 04 / 2025 por
afixação no quadro de avisos



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA – MG
PROCESSO LEGISLATIVO

Trav. Ary Brasileiro de Castro, n.º 242 - Centro - CEP.:37.945-000 - Fone: (35) 3523-9101
CNPJ N.º01.729.464/0001-04 / Inscrição Estadual: Isenta.
E-mail: secretaria@saojosedabarra.mg.leg.br
Site: www.saojosedabarra.mg.leg.br

- I** – Proporcionar aos aprendizes inscritos formação técnica profissional, que possibilite oportunidade de ingresso no mundo do trabalho;
- II** – Ofertar aos aprendizes, condições favoráveis para exercer a aprendizagem profissional e formação pessoal;
- III** – Estimular a inserção e manutenção dos aprendizes no sistema educacional, a fim de garantir seu processo de escolarização;
- IV** – Oportunizar ao aprendiz a contribuição no orçamento familiar;
- V** – Garantir meios que possibilitem ao aprendiz a efetivação do exercício da cidadania.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará através de Decreto a coordenação do “Programa Jovem Aprendiz”, bem como os critérios para as empresas ou entidades públicas cadastrarem no referido Programa.

Art. 4º Poderá o Poder Executivo Municipal estabelecer incentivos fiscais, mediante Lei, para as empresas instaladas no Município que recrutarem menores aprendizes oriundos do presente Programa.

Art. 5º O Poder Executivo emitirá se necessário, os atos administrativos complementares e/ou suplementares à plena regulamentação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José da Barra/MG, 07 de abril de 2025.

Vereador Mateus Júnior Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente

AVISO DE PUBLICAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DA BARRA/MG
Publicado em 08/04/2025 por
afixação no quadro de avisos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA
Estado de Minas Gerais

LEI Nº 936, DE 18 DE JUNHO DE 2.025

“Altera a Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999 e dá outras providências”

A Câmara dos Vereadores do Município de São José da Barra aprovou, e eu, Prefeito do Município, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A alienação dos lotes do Distrito Industrial será efetuada mediante concessão de direito real de uso, devendo constar do Termo os encargos do concessionário e a cláusula de retrocessão, em caso de seu não cumprimento, sem direito à indenização a qualquer título.

§ 1º A concessão de direito real de uso deverá ser precedida de processo licitatório.

§ 2º A concessão de direito real de uso se dará por um prazo de 20 (vinte) anos.

§ 3º Ao final do prazo de 20 (vinte) anos, cumpridos pelo concessionário todos os encargos, a concessão poderá ser renovada pelo mesmo prazo, havendo interesse das partes envolvidas.”

Art. 2º O art. 4º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A concessão de que trata esta Lei se reveste de inalienabilidade, ficando vedado à concessionária emprestar, permitir, alugar, sub-rogar ou alienar o imóvel sob qualquer forma, sob pena de anulação do ato e reversão do imóvel, livre de quaisquer impedimentos, sem prejuízo das medidas administrativas, civis ou penais.

§ 1º Excetua-se deste artigo a autorização formal conferida à concessionária para atuar em regime de cooperação com outras empresas para fins da consecução dos objetivos da presente lei.

§ 2º Além das proibições constantes do caput deste artigo, constituem motivo para a revogação da concessão as seguintes situações:

- I - Paralisação e/ou não funcionamento das atividades pela empresa concessionária, por período superior a um ano e dia, salvo força maior ou caso fortuito;*
- II – Falência ou outras causas de extinção da empresa;*
- III – Desvio de finalidade na utilização do imóvel.*

Art. 3º O art. 6º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A concessionária ficará sujeita aos seguintes ônus e encargos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BARRA

Estado de Minas Gerais

- I – iniciar as atividades da empresa no prazo máximo de 02 (dois) anos após a assinatura do contrato de concessão;*
- II – manter o número mínimo de 02 (dois) empregos diretos e/ou indiretos durante o período de concessão;*
- III – responsabilizar-se pelas despesas de água e energia elétrica do imóvel, assim como, pelos demais custos de consumo e manutenção deste;*
- IV – arcar com todas as despesas tributárias: impostos, taxas, contribuições incidentes sobre o referido imóvel;*
- V – manter durante todo o prazo de concessão as atividades da empresa conforme finalidade prevista na lei autorizativa;*
- VI – obter junto aos órgãos competentes todas as autorizações e licenciamentos necessários para funcionamento e manutenção da empresa no local;*
- VII – providenciar sistema individual de esgotamento sanitário;*
- VIII – zelar pela segurança e higiene do estabelecimento;*
- IX – manter-se em dia com as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias da empresa.*

Art. 4º O art. 8º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º As despesas eventualmente decorrentes do registro do instrumento particular de concessão de direito real de uso, correrão por conta do concessionário.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o art. 9º da Lei nº 87, de 28 de dezembro de 1.999 e a Lei nº 118, de 14 de fevereiro de 2.001.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São José da Barra, 18 de junho de 2.025


Marcelo Rodrigues da Silva
Prefeito do Município

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PUBLICADO EM 18/06/2025 POR
AFIXAÇÃO NO QUADRO DE AVISO
DA PREFEITURA MUNICIPAL.